



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

TEXTO PARA DISCUSSÃO 008

**TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA
ESTRUTURA SOCIAL DAS METRÓPOLES
BRASILEIRAS - RELATÓRIO RMRJ**

Diogo David de Matos
Pesquisador INCT Observatório das Metrópoles
Núcleo Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2019

Sobre o Observatório das Metrôpoles

Rede de pesquisa vinculada ao Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Composta por dezesseis núcleos regionais, desde 1998 trabalha de forma sistemática e articulada sobre os desafios metropolitanos colocados ao desenvolvimento nacional.

Visite nosso website:

www.observatoriodasmetropoles.net.br/

INCT OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

Coordenação

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Comitê Gestor

Adauto Lúcio Cardoso

Inaia Maria Moreira de Carvalho

Jupira Gomes de Mendonça

Lívia Izabel Bezerra de Miranda

Luciana Correa do Lago

Luciano Joel Fedozzi

Luis Renato Bezerra Pequeno

Marcelo Gomes Ribeiro

Maria do Livramento M. Clementino

Orlando Alves dos Santos Junior

COMITÊ EDITORIAL

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Tuanni Rachel Borba

Massami Saito

A série Texto para Discussão tem como objetivo divulgar resultados parciais de pesquisas desenvolvidas no Observatório das Metrôpoles, os quais, por sua relevância, levam informações para outros pesquisadores e estabelecem um espaço para debate e reflexão. A divulgação por meio da série não constitui publicação, portanto, não impede a edição em outros locais já que o Copyright permanece com os autores.

É permitida a reprodução parcial deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções do texto completo ou para fins comerciais são expressamente proibidas.

Transformações recentes da Estrutura Social das Metrôpoles Brasileiras - Relatório RMRJ

Diogo David de Matos¹

1. INTRODUÇÃO

Neste relatório pretendemos analisar a estrutura sócio-ocupacional da metrópole do Rio de Janeiro no período recente, tendo em vista o cenário de crise econômica e de inflexão ultraliberal no contexto nacional e internacional, bem como as particularidades do contexto local. Após um breve histórico da atividade econômica no estado e na região metropolitana do Rio de Janeiro, analisamos as condições sociais da população ocupada da RMRJ no período recente e, posteriormente, examinamos particularmente de maneira descritiva a evolução da cada agregado e categoria sócio-ocupacional. Para tanto, coletamos dados da PNAD para o período 2002-2011 e, principalmente, dados da PNAD Contínua para o período 2012-2017. Por um lado, o período de 2012 a 2017 é insuficiente para verificar mudanças estruturais, e a mudança de conjuntura tem pouco ou nenhum impacto sobre a estrutura sócio-ocupacional. Por outro, é possível perceber mudanças nas condições sociais dos grupos ocupacionais e os impactos diferenciados da mudança de conjuntura sobre eles. Ao fim, tecem-se considerações finais.

2. HISTÓRICO DA RMRJ

A metrópole carioca perdeu ao longo do século XX a centralidade econômica e política que tinha anteriormente, reinserindo-se de forma secundária na divisão inter-regional do trabalho brasileira. Se a indústria de transformação já não tinha centralidade na estruturação do espaço urbano e regional fluminense, vários segmentos dela passam a sofrer concorrência com outras regiões de maior produtividade, principalmente o Estado de São Paulo. Mas após um período especialmente difícil de estagnação econômica nos anos 80, desde os anos 90 a economia do Estado do Rio de Janeiro vem sendo influenciada pela indústria extrativa, com o início da exploração de petróleo na Bacia de Campos, e vem apresentando taxas de crescimento que acompanham os ciclos da economia nacional.

A participação relativa da indústria extrativa no PIB fluminense cresceu de 1,2% em 1995 para 14,5% em 2011 (OLIVEIRA, 2017) e o forte ritmo de expansão da produção petrolífera garantiu a manutenção do Estado do Rio de Janeiro na posição de segunda maior economia do país. Beneficiada pelo boom das commodities, cresceu a especialização da estrutura produtiva fluminense na exploração de recursos energéticos, de forma que a reprimarização de sua pauta de exportações foi maior que a nacional (PEREIRA, 2012 apud OLIVEIRA, 2017). É importante salientar, contudo, ainda que

¹ Diogo David de Matos - Especialista em Política e Planejamento Urbano pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador Bolsista FAPERJ - INCT Observatório das Metrôpoles. E-mail: diogo.matos3@gmail.com

seja uma relevante parte da produção e da arrecadação, este setor é intensivo em capital e tem pouco impacto no mercado de trabalho, a não ser quando são realizados investimentos em sua cadeia produtiva.

Já na indústria de transformação, a manutenção de condições restritivas ao investimento industrial no plano macroeconômico, como a alta taxa de juros e o câmbio valorizado, reforçaram a tendência de desindustrialização e de perda de elos das cadeias produtivas à medida que a indústria de transformação perdeu participação relativa no PIB estadual, seguindo tendência nacional. Por outro lado, diante do ciclo de elevado crescimento econômico nacional a partir de 2004, puxado pelo aumento do preço das commodities e pela reorientação da política econômica, a economia estadual vem sendo dinamizada por grandes projetos de investimento público, como obras de infraestrutura do PAC e os preparativos do município do Rio de Janeiro para os megaeventos, com consequentes obras de reestruturação urbana. Houve, portanto, uma especial ativação da construção civil na RMRJ.

No interior da RMRJ se destacam os investimentos no Arco Metropolitano, na formação Pólo Gás-Químico de Duque de Caxias, no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) no Leste Metropolitano e nas reformas do Porto de Itaguaí, todos relacionados de alguma forma com o setor do petróleo e do gás. Mas ainda que conte também com a indústria siderúrgica no distrito de Santa Cruz e a indústria naval no município de Niterói, a RMRJ não apresenta robustez na dinâmica industrial e ainda se configura como uma metrópole de serviços, especialmente concentrados no Município do Rio de Janeiro. Este município mantém-se o segundo mais importante centro urbano do país, configurando-se como um polo de atividades terciárias, inclusive do terciário avançado, e como sede de grandes empresas. O recrudescimento de atividades turísticas e comerciais, em decorrência de uma política urbana orientada por princípios neoliberais e voltada para a promoção da imagem do Rio de Janeiro nacional e internacionalmente, contribuiu para reforçar esta característica da economia carioca.

Somam-se às dinâmicas regionais as tendências da economia nacional no período. Além do crescimento acelerado entre 2004 e 2010, a economia brasileira viveu grandes transformações em seu mercado de trabalho, com o crescimento dos vínculos formais e o crescimento da renda na base da pirâmide, puxado pela valorização do salário mínimo e pelas políticas de transferência de renda, o que por sua vez teve efeitos sobre a estrutura de consumo e da produção no período, favorecendo atividades ligadas ao mercado interno.

A partir de 2011, contudo, a economia nacional começa a desacelerar, entrando em recessão no segundo trimestre de 2014 – o que durou até o último trimestre de 2016 (CARVALHO, 2018) – e afetando fortemente também a economia fluminense. Como havia uma forte dependência da base fiscal do governo estadual em relação à renda do petróleo, a queda do preço do barril em 2014 fez cair ainda mais a arrecadação, culminando no decreto de calamidade pública em 2016. Somam-se a isso os impactos da Operação Lava-Jato e a revisão do plano de negócios da Petrobras, paralisando obras de grandes projetos, como o Comperj. Se até 2014, acompanhando a tendência nacional, não há tendência de destruição de vínculos empregatícios, a partir de 2015 o desemprego se acelera, atingindo a marca de 15% na RMRJ em 2017, que foi uma das

regiões metropolitanas mais afetadas pela crise. Na política nacional, ascendeu ao poder em 2016 um projeto liberal, que intensificou o ajuste fiscal, de forma que o crescimento se manteve baixo, e promoveu uma reforma trabalhista liberalizante, em vigor desde o fim de 2017.

Diante deste cenário econômico e político, como se comportou a estrutura social da metrópole carioca no início deste século? A reorientação da economia fluminense para o setor da indústria extrativa teve impacto sobre sua estrutura social? A tendência à desindustrialização impactou os trabalhadores na indústria de transformação? A formalização do mercado de trabalho e crescimento da renda na base da pirâmide impactaram a estrutura social e as condições sociais dos estratos da RMRJ? E a expansão do Ensino Superior? Como as categorias sócio-ocupacionais se comportam diante da mudança de conjuntura e da deterioração do mercado de trabalho?

3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA FORÇA DE TRABALHO DA RMRJ

Segundo a PNADC, a RMRJ tinha em 2017 um total de 12.264.768 habitantes, dos quais 6.521.433 (53,2%) residiam na capital Rio de Janeiro. Sua população ocupada correspondia a um total de 5.356.454 trabalhadores (43,7% da população total), dos quais 3.009.929 (56,2%) residiam na capital. A população ocupada, contudo, chegou a ser de 5.411.149 pessoas em 2014, o que evidencia que a recessão econômica provocou uma redução da população ocupada inclusive em números absolutos.

A taxa de desocupação da RMRJ, acompanhando o cenário nacional, vem crescendo desde 2014. Após ter atingido o patamar de 6,5% em 2013, esta taxa sobe a 15,0% em 2017. Evidentemente esta taxa não é a mesma para diferentes grupos demográficos e, como costuma ser, a desocupação afeta muito mais os mais jovens – onde chega a 33,9% - em relação aos outros grupos etários e afeta mais as mulheres em relação aos homens, embora com evoluções similares.

Tabela 1 – Taxa de desocupação por sexo e idade na RMRJ (%)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Sexo						
Masculino	5,8	5,3	5,0	6,4	10,1	13,2
Feminino	8,7	7,9	9,0	9,8	13,8	17,1
Idade						
14 a 24 anos	18,0	16,0	17,4	20,1	28,4	33,9
25 a 34 anos	7,5	7,0	7,5	8,8	13,1	15,8
35 a 49 anos	4,7	4,6	5,0	5,5	8,7	10,9
50 a 64 anos	2,9	3,2	3,3	4,2	6,6	10,8
65 anos ou mais	3,1	1,3	1,3	2,5	2,7	4,3
Total	7,1	6,5	6,8	8,0	11,7	15,0

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Quanto ao perfil demográfico da população ocupada entre 2012 e 2017, verifica-se que aproximadamente 56% dela é do sexo masculino, contra 44% do sexo feminino.

44% são brancos, 41% são pardos e 14% são pretos. É possível notar ao longo dos seis anos o envelhecimento da força de trabalho, com o crescimento da proporção da população nas faixas de idade acima de 35 anos e a redução das faixas mais jovens, o que é tanto um resultado do envelhecimento da população quanto do crescimento do desemprego dos mais jovens. A faixa modal é a de 35 a 49 anos, que passou de 35,73% dos ocupados em 2012 para 37,46% em 2017.

Também se observa o aumento da escolaridade da população ocupada. Entre 2012 e 2017, a proporção de ocupados com Ensino Superior Completo aumentou de 18,01% para 23,9%. Aqueles com Ensino Médio Completo, maior grupo na RMRJ, passaram de 35,1% para 36,8%. Os grupos com escolaridade mais baixa tiveram consistente queda de participação: indivíduos com Ensino Fundamental Completo passaram de 13,0% para 9,6% e aqueles que não completaram o Ensino Fundamental passaram de 19,8% para 15,1%. Esse fenômeno decorre tanto de um efeito do aumento do nível de instrução que tem ocorrido sistematicamente na sociedade brasileira quanto do aumento da taxa de desocupação que faz valer o mecanismo da fila, privilegiando a inserção ocupacional de pessoas que têm maior nível de escolaridade.

Aproximadamente dois terços do contingente de ocupados ganha menos de R\$2.000 de rendimento de seu trabalho principal. Dentre esses, cerca de 25% do total de ocupados ganha até R\$1.000, proporção que tendeu a cair até 2016 e sobe em 2017. Aproximadamente 40% ganha entre R\$1.000 e R\$2.000, proporção que aumentou até 2014 e depois tendeu a cair. A participação de ocupados que recebem mais de R\$3.000 aumentou até 2016, atingindo o patamar de 23,1%, mas caiu para 17,9% em 2017.

Em relação à posição na ocupação, o maior grupo é o de Empregados Com Carteira de Trabalho, embora este esteja em tendência de queda, saindo de 50,0% em 2013 para 42,5% em 2017. O segundo maior grupo e que vem apresentando especial crescimento nos últimos anos é o de trabalhadores por Conta Própria, atingindo 27,0% dos ocupados em 2017. Em terceiro lugar vêm os Militares ou Servidores Estatutários, abarcando aproximadamente 10% dos ocupados. Os Empregados Sem Carteira atingiram o mínimo de 7,4% em 2014 e voltaram a crescer, atingindo 9,3% em 2017.

Em relação à jornada de trabalho, tem crescido a proporção daqueles que trabalham entre 40 e 44 horas, passando de 41,1% em 2012 para 54,8% em 2017. As jornadas superiores a 44 horas têm perdido participação consistentemente: se somavam 35,7% em 2012, passam a 23,4% em 2017. As jornadas inferiores a 40 horas têm reduzido menos, passando de 23,2% em 2012 para 21,8% em 2017. Por fim, entre 70 e 75% dos ocupados contribuem para a previdência. Esta proporção atingiu o seu máximo em 2014, mas caiu desde então, chegando a 70,2% em 2017.

Este é um perfil geral do ocupados na RMRJ entre 2012 e 2017. Veremos agora estas mesmas características para as categorias e agregados sócio-ocupacionais.

4. AS CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS

4.1. Profissionais de Nível Superior (PNS)

Seguindo a tendência já observada em décadas anteriores e em outras metrôpoles brasileiras, os Profissionais de Nível Superior são um grupo consistentemente crescente na estrutura sócio-ocupacional da RMRJ. Segundo dados da PNAD, entre 2002 e 2011, este grupo cresceu de 7,0% para 9,8% do total de ocupados na RMRJ. Já entre 2012 e 2017, segundo dados da PNAD Contínua, sua participação cresceu de 10,4% para 14,1%, valor alto em relação à maioria das metrôpoles brasileiras. Além disso, na média do período, 73% dos PNS residiam no município do Rio de Janeiro, correspondendo ao grupo mais concentrado, o que evidentemente se relaciona à concentração de atividades de gestão e administração e postos de trabalho de alta qualificação no município polo da RM.

A maior CAT deste grupo é a de Empregados, seguida pelos Professores de Nível Superior. Ambas apresentam tendência de crescimento, com pequenas oscilações, entre 2002 e 2016, mas perdem participação em 2017, fechando com 4,3% e 3,4% de participação no total de ocupados. Já os Autônomos e os Estatutários, com proporções semelhantes na PNAD e levemente maiores para os Estatutários na PNADC, tiveram pouco crescimento até 2011, mas a partir de 2012 têm forte tendência de crescimento, e os Estatutários tornam-se em 2017 a segunda maior CAT dos PNS. Embora o menor grupo, entre 2012 e 2017, os Profissionais Autônomos foram a CAT que mais cresceu em participação, com 73% de crescimento.

Tabela 2 – Participação dos Profissionais de Nível Superior

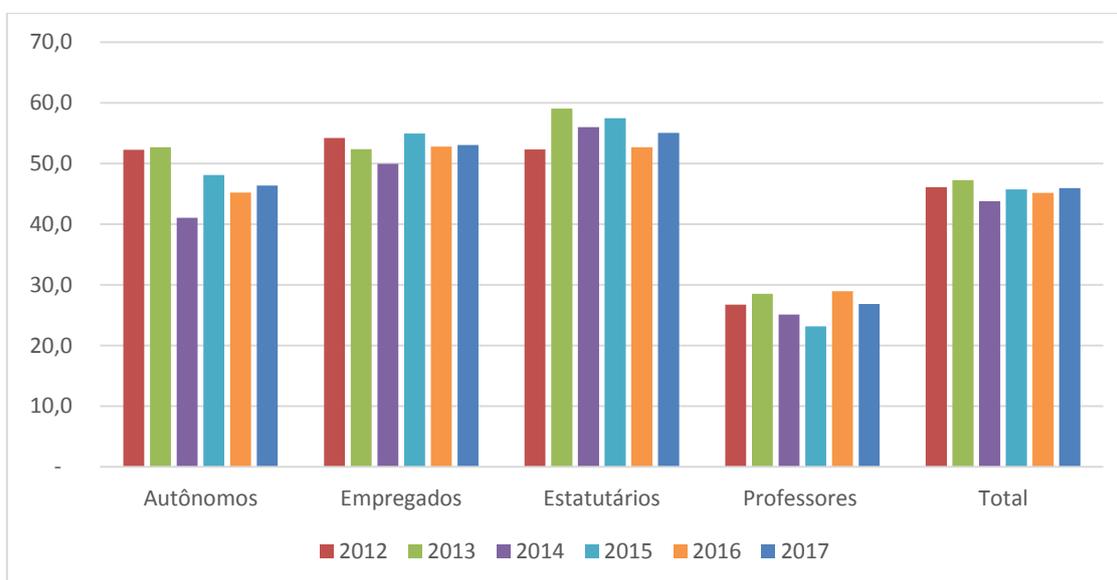
Ano	Autônomos	Empregados	Estatutários	Professores	Total
2002	1,3	2,8	1,2	1,8	7,0
2003	1,5	2,8	1,3	2,1	7,8
2004	1,5	2,4	1,4	2,1	7,3
2005	1,4	2,5	1,2	2,1	7,3
2006	1,5	3,1	1,6	2,8	9,0
2007	1,4	3,0	1,2	2,9	8,6
2008	1,6	3,4	1,4	2,5	9,0
2009	1,6	3,8	1,6	2,3	9,3
2011	1,6	3,8	1,6	2,8	9,8
2012	1,9	3,6	2,2	2,8	10,4
2013	1,7	4,3	2,3	3,1	11,4
2014	1,8	4,8	2,8	3,1	12,5
2015	2,0	4,4	2,8	3,2	12,5
2016	2,4	5,0	3,0	3,8	14,1
2017	3,2	4,3	3,6	3,4	14,5

Fonte: IBGE: PNAD e PNAD Contínua.

Os PNS têm maioria feminina, com poucas variações em torno de 54%. Contudo, esta maioria só se verifica nos Professores de Nível Superior, onde é próxima de 75%, e nos Autônomos a partir de 2014. Nas duas outras categorias, especialmente

nos Estatutários, embora com oscilações, a maioria é masculina. Isto indica que, embora as mulheres representem cerca de 56% da população com Ensino Superior na RMRJ, segundo a própria PNAD Contínua, sua maioria só se verifica no campo da educação ou através da inserção autônoma no mercado de trabalho.

Gráfico 1 – Proporção Masculina dos Profissionais de Nível Superior.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Em relação à composição racial dos PNS, observa-se a elevada maioria de indivíduos de cor/raça branca, acima de 70%, configurando a proporção mais elevada de todos os grupos sócio-ocupacionais. Novamente os Professores de Nível Superior se destacam por terem a menor proporção de brancos, enquanto os Profissionais Autônomos têm a maior. Não é possível extrair tendências claras no período, mas parece haver alguma tendência de decréscimo da participação da população branca em todas as categorias, especialmente em 2017. De maneira geral, a composição racial desta categoria acompanha a composição racial da população com ensino superior completo em toda a RMRJ, indicando que este resultado pode ser explicado pela expansão das políticas de ação afirmativa para ingresso no ensino superior nos últimos anos.

Tabela 3 – Composição racial dos Profissionais de Nível Superior

Ano	Branca	Preta	Parda	Total
Total				
2012	74,2	6,5	19,0	100,0
2013	71,0	6,7	22,0	100,0
2014	73,0	5,2	21,3	100,0
2015	72,1	6,6	20,8	100,0
2016	71,8	7,3	19,8	100,0
2017	67,4	10,2	21,9	100,0
Autônomos				
2012	78,8	4,1	17,1	100,0
2013	73,2	5,6	21,2	100,0
2014	80,4	3,5	14,9	100,0
2015	76,8	5,1	17,5	100,0
2016	74,4	6,3	16,6	100,0
2017	73,8	8,6	17,6	100,0
Empregados				
2012	79,1	5,3	15,0	100,0
2013	76,6	6,4	16,5	100,0
2014	76,6	3,2	19,8	100,0
2015	70,6	5,4	23,5	100,0
2016	78,0	5,0	16,5	100,0
2017	66,1	10,2	23,2	100,0
Estatutários				
2012	75,2	5,8	18,9	100,0
2013	73,6	5,2	21,2	100,0
2014	72,9	6,4	20,0	100,0
2015	75,8	5,3	18,1	100,0
2016	70,2	9,5	19,7	100,0
2017	71,2	8,5	19,7	100,0
Professores				
2012	63,9	10,0	25,7	100,0
2013	60,3	8,9	30,8	100,0
2014	63,0	8,0	28,6	100,0
2015	67,9	10,3	21,6	100,0
2016	63,2	9,4	26,3	100,0
2017	59,0	13,7	26,6	100,0

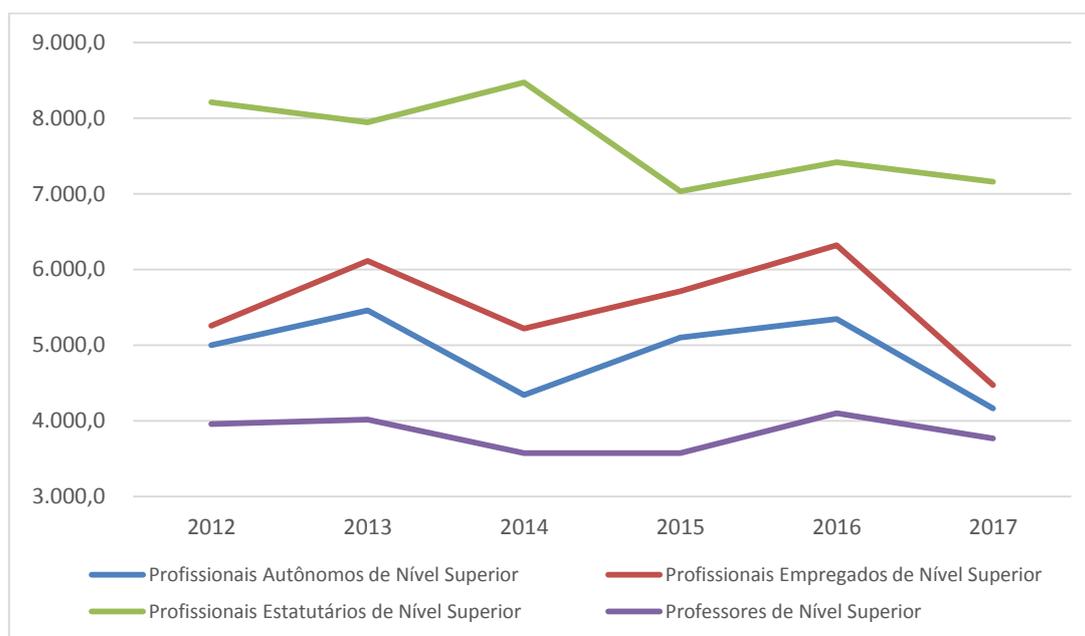
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Observa-se que mais de dois terços dos PNS têm entre 25 e 49 anos, sendo que a faixa de 35 a 49 anos é a mais frequente e que a média de idade fica em torno de 42 anos. Os perfis etários das CATs são diferentes entre si: enquanto os Professores e os Estatutários têm média próxima à média total e apresentam um ligeiro acréscimo no período, os Profissionais Autônomos têm média de idade superior e os Empregados têm média de idade inferior. Além disso, em nenhum dos dois há envelhecimento.

A grande maioria dos Profissionais de Nível Superior (cerca de 95%), de fato, possui Ensino Superior Completo. Contudo, as CATs apresentam ligeiras diferenças nesta proporção. Os Professores de Ensino Superior têm 100% de indivíduos com ensino superior completo apenas porque este é um critério para a criação da CAT. Mas entre os demais, nota-se que os Profissionais Estatutários têm uma participação consideravelmente maior de indivíduos com Ensino Superior Completo (97,2%, em média) e que os Profissionais Autônomos têm a menor proporção (90,7%). Enquanto no setor privado indivíduos sem nível superior de escolaridade podem se inserir em ocupações de nível superior por terem experiência acumulada, no regime estatutário, esse tipo de inserção é mais raro.

A média de rendimento mensal do trabalho principal dos PNS oscilou com picos em 2013 e em 2016 e uma queda em 2017. Saiu de R\$5.147,60 em 2012 para R\$4.907,50 em 2017 (todos os valores em preços de 2017). A CAT com maior nível de renda, e considerável distância em relação às demais, é a de Profissionais Estatutários, seguida dos Empregados, dos Autônomos e, por último, os Professores de Nível Superior. Nota-se que a média de renda dos Profissionais Estatutários é a única que vivencia mudança de patamar, caindo de R\$8.212,00 em 2012 para R\$7.160,90 em 2017. No caso do Rio de Janeiro, esta queda de rendimento pode estar relacionada à crise fiscal do estado. As demais categorias tiveram rendas oscilantes no período em torno do mesmo patamar, mas terminam em 2017 com médias de renda inferiores às de 2012. À medida que aumenta o número de PNS na sociedade, é possível que seus rendimentos diminuam. Neste caso, a queda de rendimento é possivelmente relacionada à crise econômica.

Gráfico 2 – Média de renda dos profissionais de nível superior.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Em relação à jornada de trabalho, mais da metade dos PNS tem uma jornada de trabalho padrão (entre 40 e 44 horas semanais) e pouco mais de um quarto tem uma

jornada entre 15 e 39 horas semanais. Os Empregados são o grupo com a maior parcela de indivíduos com uma jornada padrão, seguidos dos Estatutários, ao passo que entre Autônomos e Professores, este grupo é menor que a metade. Ao longo do período, ocorre em todos os grupos um aumento da proporção de jornadas padrão, saindo de 45,6% em 2012 para 56,9% em 2017. Entre os Empregados e Professores há uma redução daqueles que trabalham menos de 40 horas, o que resultou num aumento da média de horas trabalhadas por essas categorias, em especial os Professores. Como se verá, esta é uma tendência compartilhada por outras categorias.

Como a posição na ocupação é um critério de criação de três das CATs de PNS, faz pouco sentido analisar esta variável no agregado sócio-ocupacional. Entre os Profissionais Empregados, destaca-se que houve até 2014 uma queda relevante da proporção de empregados sem carteira assinada – de 15,5% para 7,0% –, que foi revertida a partir desse ano, retornando ao patamar de 16,3%. Esta variação provavelmente se deve à continuidade da melhora das condições do mercado de trabalho até 2014 combinada à recessão que se seguiu, fazendo aumentar os contratos sem carteira, bem como o número de profissionais autônomos. Já os Professores de Nível Superior têm aproximadamente metade de servidores estatutários e pouco mais de um terço de empregados com carteira, distinguindo-se, portanto, apenas pelo setor em que trabalham. Neste caso, não houve tendência de mudança no período.

Em relação ao nível de proteção social, medido pela contribuição à previdência, observa-se que os PNS têm um elevado nível de proteção (em torno de 90%), com exceção, naturalmente, dos Autônomos. As demais categorias têm níveis semelhantes de contribuição para a previdência, superiores a 90% e um pouco maiores para os Estatutários. Já entre os Autônomos, cuja contribuição variou bastante, apenas 62,4% (em média), contribuía para a previdência.

3.2. Ocupações Médias

Embora representem o maior grupo na estrutura sócio-ocupacional da RMRJ, as Ocupações Médias vêm em tendência de perda de participação desde 2005. Segundo dados da PNAD, este grupo, que representa aproximadamente um quarto da população ocupada do Rio de Janeiro, perdeu 3 pontos percentuais entre 2005 e 2011. Embora os dados da PNAD Contínua indiquem uma participação ligeiramente maior deste grupo, a tendência de queda é reforçada nos anos 2010, saindo de 27,0% em 2012 para 24,2% em 2016, com um leve aumento para 24,8% em 2017. Entre 2012 e 2016, esta redução se deveu não apenas à perda de participação relativa, mas à redução do número absoluto de ocupados nesta categoria, que saiu de 1.452.265 para 1.301.775, com um leve acréscimo em 2017 (1.329.730). Em média, 58,3% deste grupo residiam no município do Rio de Janeiro.

Tabela 4 – Participação das Ocupações Médias

Ano	Artísticas	Escritório	Supervisão	Técnicas	Saúde e Educação	Segurança	Total
2002	1,9	8,6	2,4	5,4	5,2	4,1	27,7
2003	1,9	8,4	3,0	5,6	4,2	4,2	27,3
2004	1,6	8,5	2,3	5,8	4,8	4,5	27,4
2005	2,1	8,6	3,4	6,1	4,2	4,1	28,5
2006	1,7	7,7	2,5	6,4	4,4	4,0	26,7
2007	2,0	8,1	2,3	6,0	4,7	4,0	27,1
2008	2,0	8,4	1,9	5,9	4,3	3,6	26,1
2009	1,6	9,0	1,9	6,0	3,9	3,8	26,2
2011	1,4	9,3	1,7	4,9	4,5	3,6	25,5
2012	1,2	10,5	2,5	6,0	4,5	2,4	27,0
2013	1,1	10,7	1,9	6,3	4,1	2,6	26,8
2014	1,1	9,4	2,0	6,7	4,3	2,6	26,0
2015	1,1	9,3	1,7	6,6	4,2	2,8	25,6
2016	1,2	8,4	2,1	6,0	4,2	2,3	24,2
2017	1,6	9,0	2,1	5,2	4,1	2,9	24,8

Fonte: IBGE: PNAD e PNAD Contínua.

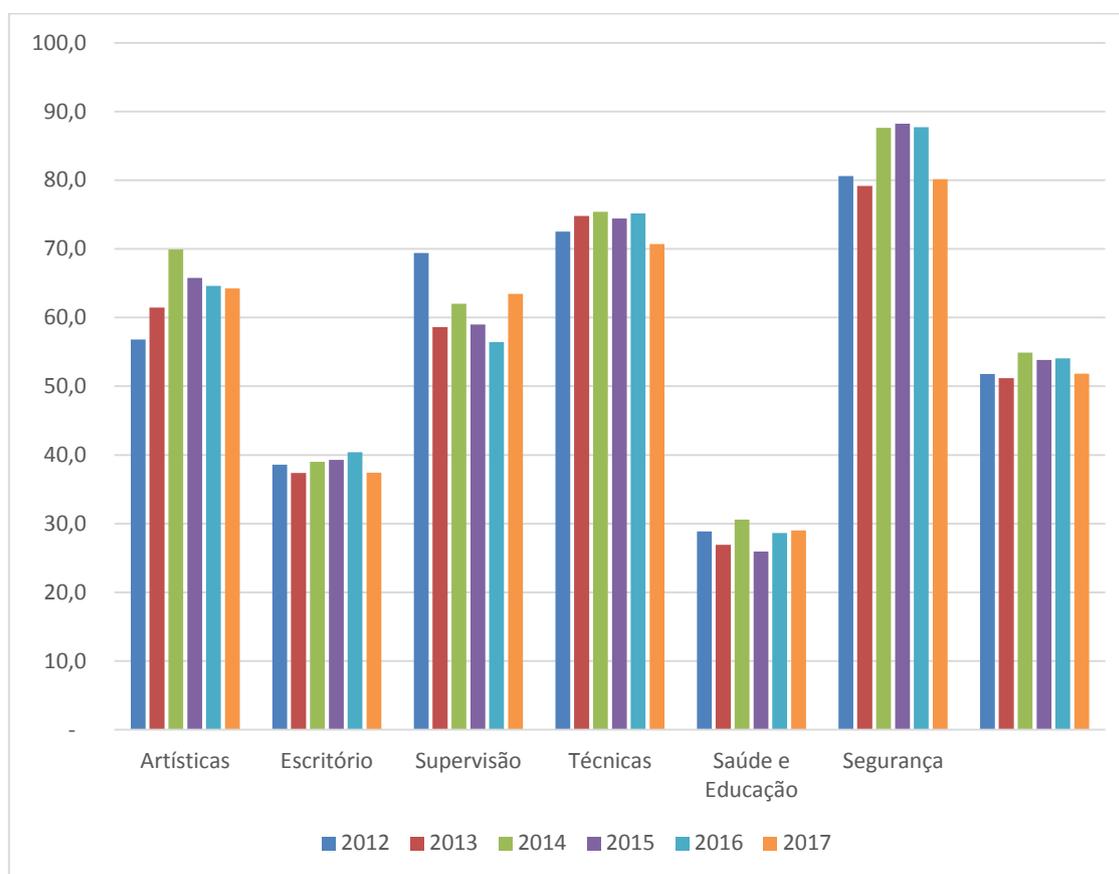
A maior CAT deste grupo é a de Ocupações de Escritório, correspondendo a quase 10% da população ocupada da RMRJ. Segundo dados da PNAD e da PNAD Contínua, esta CAT teve uma trajetória de crescimento tanto absoluto quanto relativo entre 2006 e 2013, o que foi revertido a partir de 2014, quando caiu de 10,7% para 8,4% em 2016.

Em segundo lugar vêm as Ocupações Técnicas, com aproximadamente 6% da população ocupada. Seu comportamento no período não é claro. Segundo a PNAD, sua participação na estrutura sócio-ocupacional cresceu até 2006 e passou a cair até 2011. Já segundo a PNAD Contínua, esta CAT atingiu sua maior participação em 2014, com 6,7%, e desde então passou a perder participação. As Ocupações Médias de Saúde e Educação, bem como as Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios, que ocupam a terceira e quarta posição nas ocupações médias, respectivamente, parecem ter se mantido estáveis, o que é coerente com o fato de serem ocupações pouco afetadas por flutuações econômicas. As Ocupações de Supervisão tenderam a cair entre 2005 e 2011, mas mantiveram relativa estabilidade no período recente. Por fim, as Ocupações Artísticas, que têm mínima representatividade na RM, variaram pouco.

As Ocupações Médias, tanto por serem o maior agregado sócio-ocupacional quanto por representarem posições intermediárias no espaço social, são as que apresentam o perfil demográfico e socioeconômico mais próximo do perfil da população ocupada total da RMRJ. Contudo, há algumas diferenças entre as CATs. Por exemplo, em relação à composição de sexo destas categorias, verifica-se que as OM são compostas em média por 52% de homens, configurando quase igualdade entre homens e mulheres. Contudo, esta igualdade não se verifica em nenhuma CAT. Possuem maioria masculina, nesta ordem, as Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios, as Ocupações Técnicas, as Ocupações Artísticas e as Ocupações de Supervisão. Já as

Ocupações Médias de Saúde e Educação e as Ocupações de Escritório têm maioria feminina. Não há variação notável ao longo dos anos.

Gráfico 3 – Proporção masculina nas Ocupações Médias.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O perfil racial, por sua vez, apresenta pouca variação. Em média, as OM têm 47,2% de indivíduos brancos, 38,6% de indivíduos pardos e 13,2% de indivíduos pretos, configurando um perfil ligeiramente mais branco do que a média da população ocupada. Entre as CATs, as Ocupações Artísticas e as Ocupações Técnicas têm proporções de indivíduos brancos acima da média e as Ocupações Médias de Saúde e Educação e as Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios, proporções abaixo da média.

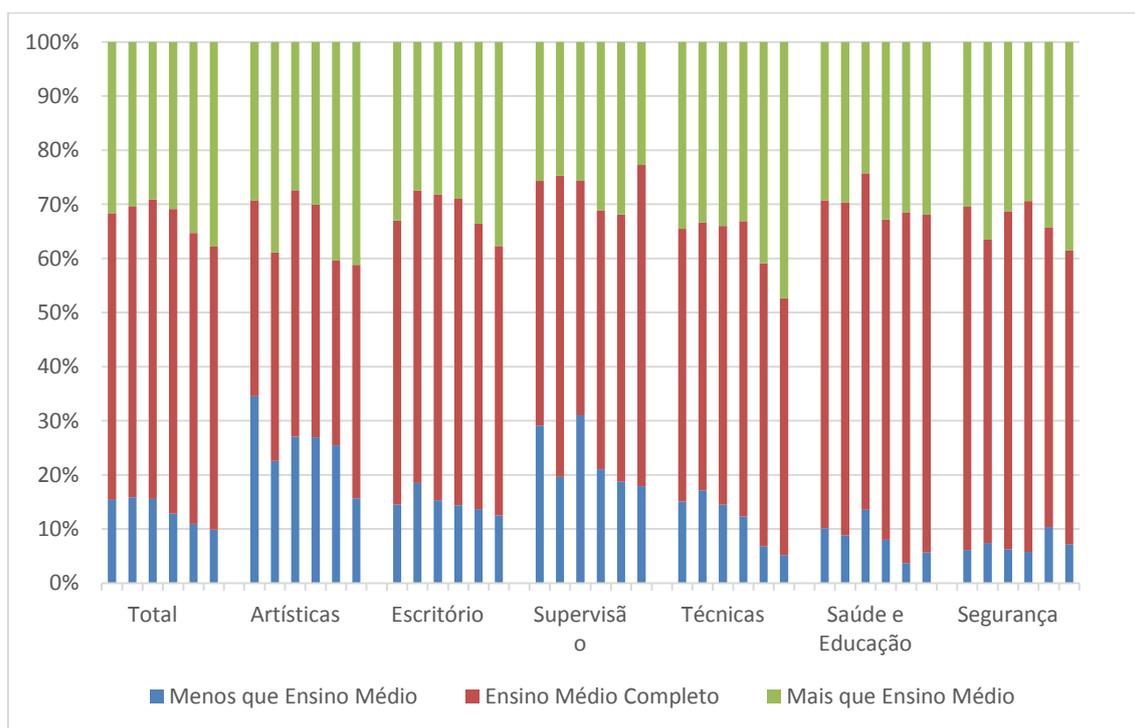
As OM apresentam a menor média de idade dentre todos os agregados sócio-ocupacionais e viveram um ligeiro aumento de 36,8 anos para 38,5 anos. Entre as CATs, as que têm o perfil mais velho são a de Ocupações Artísticas e a de Ocupações de Supervisão, enquanto as Ocupações de Escritório e de Segurança Pública, Justiça e Correios têm o perfil mais jovem.

O perfil de escolaridade das OM se destaca por terem mais de 50% dos indivíduos com Ensino Médio Completo como grau mais alto de escolaridade alcançado. Além disso, a partir de 2014, reduz-se a participação daqueles que têm menos que Ensino Médio Completo (de 15,6% para 9,9%) e aumenta a daqueles que têm mais que Ensino Médio Completo (de 29,1% para 37,8%). As Ocupações Artísticas e Similares são a CAT de menor nível de escolaridade, por serem ocupações que não

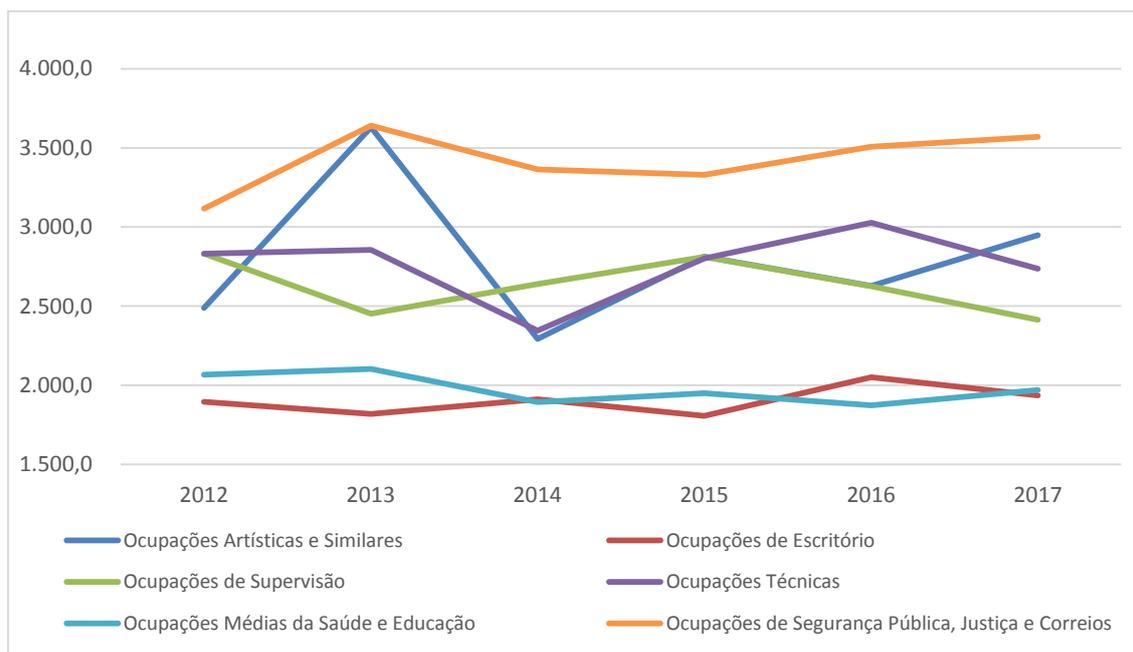
exigem educação formal para serem exercidas. Em seguida vêm as Ocupações de Supervisão, o que é coerente com terem uma média de idade superior, indicando que estas são ocupações mais qualificadas por experiência do que por educação formal. Entre as demais CATs, destacam-se as OMSE e as OSPJC por terem menos de 10% de indivíduos com menos do que Ensino Médio Completo, possivelmente por terem uma grande quantidade de ocupações públicas. Por fim, nota-se um aumento substancial da proporção de indivíduos com mais do que Ensino Médio Completo entre as Ocupações Técnicas, indicando que, possivelmente, estas ocupações têm sido mais exercidas por indivíduos com Ensino Superior.

A média de renda das OM oscilou no período, sem ser possível apontar tendência, iniciando em R\$2.314,20 em 2012 e fechando em R\$2.404,10. Este valor é muito próximo (ligeiramente maior) que a média de renda da população ocupada com um todo. As Ocupações de Segurança Pública, Justiça e Correios são a CAT com maior média de renda, embora também aquela com maior desvio padrão, possivelmente por incluírem ocupações bem remuneradas do setor público. Já as OMSE e as Ocupações de Escritório são as que têm menor nível de renda, estando próximas da média de renda de Trabalhadores do Comércio, indicando que são ocupações bem precarizadas.

Gráfico 4 – Escolaridade das Ocupações Médias (2012-2017)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Gráfico 5 – Média de renda das Ocupações Médias

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

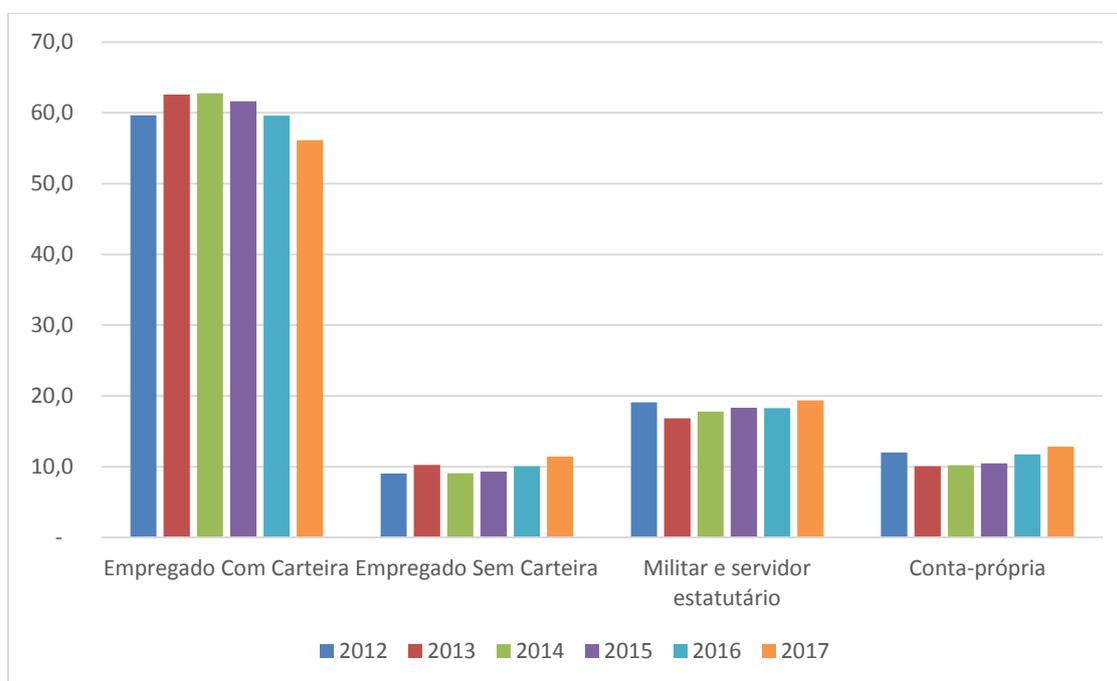
Uma proporção crescente e maior que a metade das OMs trabalha entre 40 e 44 horas semanais (configurando uma média de aproximadamente 40 horas). O crescimento dessa proporção vem da redução da proporção daqueles que trabalham mais de 44 horas, ao passo que aqueles que trabalham menos de 40 se mantiveram estáveis. As Ocupações Artísticas têm uma média de horas trabalhadas bem menor do que as outras CATs, seguidas pelas OSPJC. Já as Ocupações de Supervisão são as que têm a maior proporção daqueles que trabalham mais de 44 horas, configurando uma média de 47 horas semanais em 2012, mas esta tendeu a cair, chegando a 43,4 horas em 2017. As Ocupações de Escritório são as que têm a maior proporção daqueles que têm uma jornada de trabalho padrão, que cresceu de 61,3% em 2012 para 72,7% em 2017.

As Ocupações Médias se diferenciam muito quanto à posição na ocupação. A grande maioria - aproximadamente 60% - é empregado com carteira assinada, mas esta condição atingiu seu ápice em 2014 (62,8%) e depois passou a cair, chegando 56,1% em 2017, de forma que as demais posições passaram a ganhar participação. Os servidores estatutários são pouco menos de 20%, ao passo que os trabalhadores por conta própria e os empregados sem carteira são aproximadamente 10% cada um. Se destacam dos demais as Ocupações Artísticas e Similares, cuja maioria é trabalhador por conta própria, e as OSPJC, cuja maioria esmagadora (quase 90%) é de militares ou servidores estatutários.

Entre as OMSE, cresceu consideravelmente a proporção de empregados (com ou sem carteira) de 58,8% para 71,3% em 2017, e caiu a proporção de servidores estatutários, de 25,1% em 2012 para 15,8% em 2017. Esta mudança também se verifica em termos absolutos. Esse movimento possivelmente se deve à tendência de privatização destes serviços e à crise fiscal do estado do Rio de Janeiro. As Ocupações de Escritório e as Ocupações Técnicas seguem a tendência de queda de empregados

com carteira assinada. No caso das Ocupações Técnicas, este grupo caiu de 67,2% em 2014 para 52,3% em 2017 e crescem os trabalhadores por conta-própria. Já entre as Ocupações de Supervisão houve o movimento contrário: crescimento dos empregados com carteira e redução dos trabalhadores por conta própria.

Gráfico 6 – Posição na Ocupação das Ocupações Médias



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Com exceção das Ocupações Artísticas, todas as CATs das Ocupações Médias têm, em geral, mais de 80% de contribuintes para a previdência, revelando serem CATs com elevada proporção de proteção social. No caso das Ocupações de Escritório, de Supervisão e as OSPJC, esta proporção ultrapassa os 90%. Houve pouca variação no período, com exceção do crescimento da contribuição para a previdência das Ocupações de Supervisão ao longo de todo o período, condizente com a maior formalização desta categoria.

3.3. Trabalhadores do Terciário Especializado

Segundo maior grupo da estrutura sócio-ocupacional, os TTE representam cerca de 20% da população ocupada da RMRJ. Entre 2004 e 2009, esta proporção se manteve estável, o que também vale para as duas CATs que compõem o grupo – Trabalhadores do Comércio e Prestadores de Serviços Especializados. Entre 2012 e 2017, contudo, a partir dos dados da PNAD Contínua, houve crescimento da participação deste grupo, saindo de 19,3% para 21,3%. As duas CATs têm participações praticamente idênticas e apresentam características bastante similares em quase todas as dimensões aqui consideradas. Em média, 53,2% deste grupo residiam no município do Rio de Janeiro.

Tabela 5 – Participação dos Trabalhadores do Terciário Especializado

Ano	Comércio	Prestadores	Total
2002	9,6	9,8	19,3
2003	11,1	8,3	19,4
2004	10,6	9,8	20,4
2005	11,2	9,2	20,4
2006	11,1	9,8	20,8
2007	11,3	9,6	20,8
2008	11,2	9,7	20,8
2009	10,7	9,8	20,5
2011	12,3	9,7	22,0
2012	9,6	9,7	19,3
2013	9,1	9,6	18,8
2014	10,1	9,6	19,6
2015	10,6	10,3	20,9
2016	10,5	9,6	20,1
2017	10,7	10,5	21,3

Fonte: PNAD e PNAD Contínua.

Este grupo sócio-ocupacional apresenta quase igualdade entre os sexos, com uma pequena maioria feminina. Esta se deve à maioria feminina na CAT de Trabalhadores do Comércio, ao passo que a CAT de Prestadores de Serviços Especializados é mais igualmente distribuída. As CATs também apresentam leves diferenças quanto ao perfil racial: enquanto os Trabalhadores do Comércio têm, em média, 41,4% de indivíduos brancos e 58,2% de negros², os Prestadores de Serviços Especializados têm 34,8% de brancos e 64,8% de negros. Em ambas, a proporção de pardos é maior que a de brancos. Não é possível afirmar nenhum movimento tendencial. Por fim, os Trabalhadores do Comércio têm um perfil mais jovem que os PSE, embora suas médias de idade tenham se aproximado nos últimos anos e sejam ambas as CATs mais jovens entre os trabalhadores manuais.

Tabela 6 – Perfil Demográfico dos Trabalhadores do Terciário Especializado

Ano	Homens	Mulheres	Branca	Preta	Parda	Idade média
	Total					
2012	49,0	51,0	37,6	14,5	47,4	38,0
2013	48,7	51,3	41,1	14,4	44,0	38,0
2014	48,6	51,4	37,8	14,4	47,7	38,8
2015	49,0	51,0	35,5	14,5	49,7	38,3

² Segundo a classificação de cor ou raça do IBGE, o grupo dos “negros” é formado por “pretos” e “pardos”.

2016	48,4	51,6	39,6	15,6	44,4	38,9
2017	49,4	50,6	37,2	12,9	49,2	39,0
Comércio						
2012	46,4	53,6	41,6	12,3	45,5	37,1
2013	46,4	53,6	45,1	9,9	44,7	36,8
2014	45,3	54,7	39,9	12,6	47,3	39,0
2015	46,9	53,1	38,1	12,1	49,6	37,9
2016	47,1	52,9	43,8	13,7	42,1	38,5
2017	46,5	53,5	40,0	10,7	48,8	38,8
Prestadores						
2012	51,6	48,4	33,5	16,7	49,2	39,0
2013	50,9	49,1	37,3	18,7	43,4	39,1
2014	51,9	48,1	35,6	16,3	48,0	38,5
2015	51,3	48,7	32,9	17,0	49,8	38,7
2016	49,8	50,2	35,2	17,7	47,0	39,3
2017	52,3	47,7	34,4	15,2	49,7	39,1

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

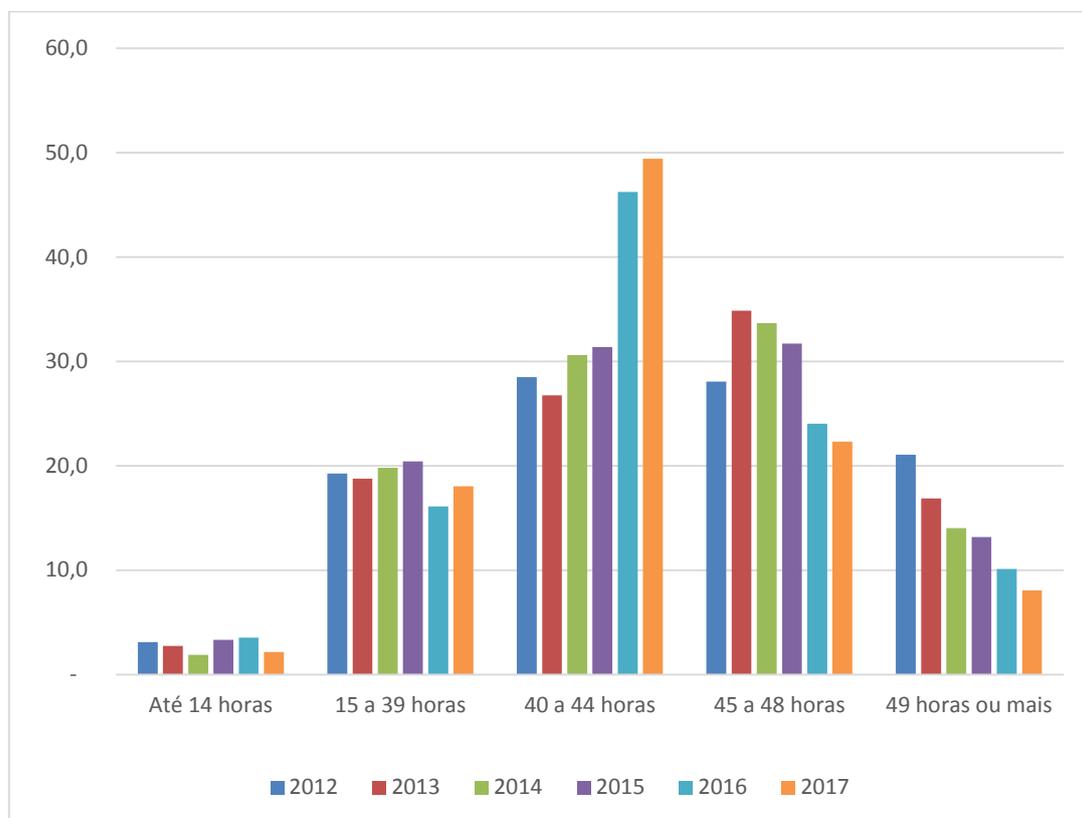
Em 2017, metade dos TTE possuíam Ensino Médio Completo como grau mais alto de escolaridade. Este número cresceu de 43,5% em 2012 para 49,6% em 2017, configurando um claro aumento da escolaridade deste grupo, haja vista que a parcela daqueles que possuíam apenas Ensino Fundamental Completo ou Incompleto caiu de 37,2% para 28,6%. Até mesmo a participação daqueles que têm mais do que Ensino Médio Completo aumentou. Considerando os movimentos de outros agregados sócio-ocupacionais, observa-se que este grupo acompanha a tendência geral de aumento de escolaridade da estrutura social. O perfil das CATs que compõem este grupo é similar, mas favorável aos Trabalhadores do Comércio, que são mais escolarizados. A tendência de aumento da escolaridade, contudo, se verifica em ambos.

Mais de 80% dos TTE ganham menos de R\$2.000,00 mensais por seu trabalho. Até 2014, houve um crescimento daqueles que ganham entre R\$1.000,00 e R\$2.000,00 e queda dos que ganham até R\$1.000,00, o que foi revertido a partir desse ano. Esta tendência se verifica especialmente entre os PSE. Por outro lado, quando se verifica a média de rendimento, esta tendeu a cair até 2015, com uma inflexão em 2016, puxada pelos Trabalhadores do Comércio, que têm um pico em 2016, o que pode ter relação com a realização dos Jogos Olímpicos na cidade. À parte disso, a renda destas categorias variou pouco, mantendo em torno de uma média de R\$1.461,50 mensais.

Uma grande mudança se verifica na jornada de trabalho dos TTE. Em 2012, menos de um terço deste grupo trabalhava entre 40 e 44 horas e metade trabalhava mais do que 44 horas. Esta situação era especialmente marcante para os Trabalhadores do Comércio, para os quais esta parcela chegava a 56%. A partir de 2013, contudo, esta situação se reverteu completamente: já em 2017, 49,4% dos TTE trabalhavam uma jornada de trabalho padrão e apenas 30,4% trabalhavam mais de 44 horas semanais. O nível dos que trabalham menos de 40 horas tendeu a diminuir apenas entre os PSE, caindo de 29,6% para 25,2%. Não é possível afirmar, contudo, que esta mudança se deva a um aumento da proteção destas categorias: ao contrário, a redução de sua jornada

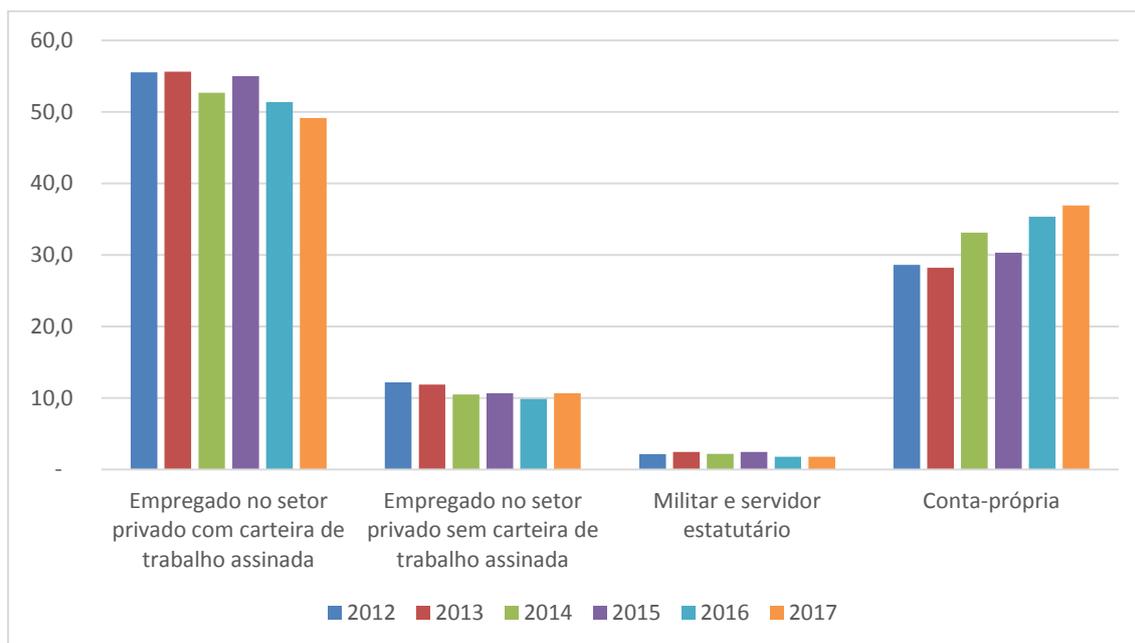
provavelmente está relacionada à recessão econômica, que afeta especialmente o setor do comércio.

Gráfico 7 – Jornada de Trabalho dos TTE



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O nível de proteção destas categorias pode ser verificado pelas duas últimas variáveis analisadas: a posição na ocupação e a contribuição para a previdência. Até 2016, mais da metade dos TTE são empregados com carteira assinada. Mas esta proporção caiu continuamente desde 2014, saindo de 55,6% em 2013 para 49,1% em 2017, ao passo que a proporção de trabalhadores por conta própria cresceu de 28,2% para 36,9%. Os empregados sem carteira representam cerca de 10% e tenderam a cair - os TTE são o agregado sócio-ocupacional com a maior parcela de empregados sem carteira. Estes são consideravelmente maiores entre os PSE (que também contam com uma pequena parcela de servidores estatutários), ao passo que os trabalhadores por conta própria e os empregados com carteira são mais frequentes nos Trabalhadores do Comércio. Por fim, acompanhando a mudança na posição na ocupação, a contribuição para a previdência tendeu a cair a partir de 2015, especialmente entre os PSE (neste caso, caindo de 69,9% para 63,8%).

Gráfico 8 – Posição na Ocupação dos TTE

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

3.4. Trabalhadores do Secundário

Entre os Trabalhadores do Secundário, não só não há uma tendência única ao longo do período como esta não é unívoca, apresentando diferenças entre as CATs. A dinâmica do agregado é muito determinada pelo comportamento dos Operários da Construção Civil, que são sua maior CAT e têm crescimento explosivo entre 2006 e 2011 – um comportamento associado com os grandes projetos de infraestrutura na RM, assim como com o próprio crescimento do setor da construção civil e do mercado imobiliário no período. A partir de 2015, diante da recessão econômica, esta CAT passa a perder participação.

Os Operários de Serviços Auxiliares também têm leve trajetória ascendente entre 2006 e 2011, segundo a PNAD. Segundo a PNAD Contínua, este leve crescimento se mantém no período recente. Os Trabalhadores da Indústria Moderna mantêm sua participação estável entre 2002 e 2011, em torno de 3,8%. A partir de 2014, contudo, entram em trajetória de queda, saindo de 3,8% para 2,6% em 2017. Já os Trabalhadores da Indústria Tradicional têm tendência de queda após o ano de 2009, saindo de 4% em 2009 para 2,6% em 2015, revelando um descolamento entre a indústria moderna e a indústria tradicional, com a perda desta última, provavelmente em razão dos efeitos da crise mundial. A perda de participação da indústria moderna se mantém nos dados da PNAD Contínua, mas se estabiliza, de forma que em 2017, os Trabalhadores da Indústria Moderna e os da Indústria Tradicional têm praticamente a mesma participação. Em média, apenas 44,4% deste grupo inteiro residiam no município do Rio de Janeiro.

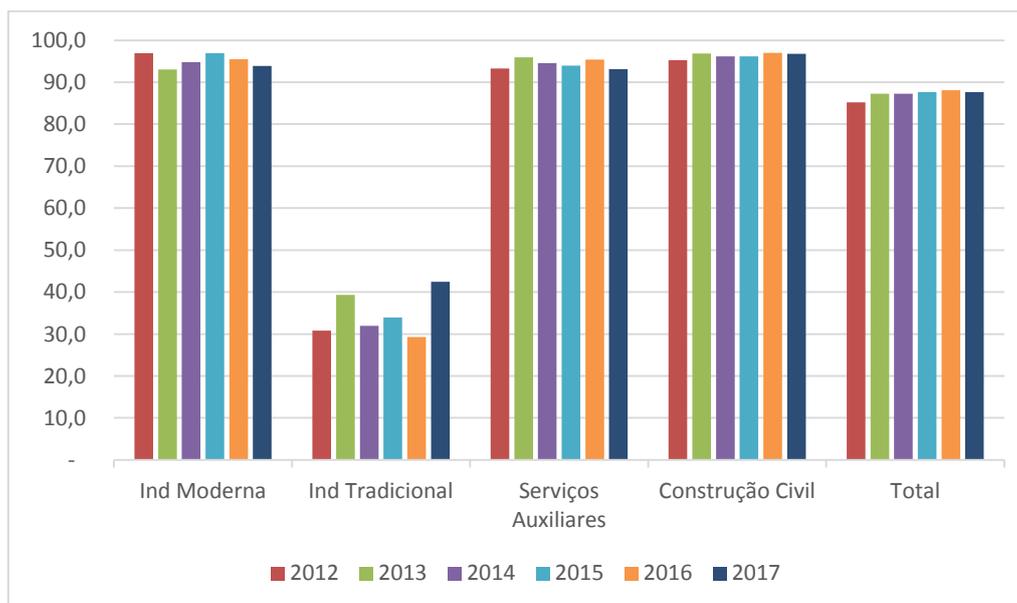
Tabela 7 – Participação dos Trabalhadores do Secundário

Ano	Indústria Moderna	Indústria Tradicional	Serviços Auxiliares	Construção Civil	Total
2002	3,4	4,4	4,1	6,8	18,7
2003	4,1	3,9	4,0	6,2	18,2
2004	3,5	3,7	3,7	6,2	17,1
2005	3,8	4,4	3,9	5,2	17,3
2006	3,6	3,9	3,6	5,2	16,4
2007	3,8	4,1	4,3	6,1	18,2
2008	4,1	4,3	3,9	6,7	19,0
2009	4,0	4,0	4,4	6,1	18,5
2011	3,6	3,2	5,2	7,3	19,4
2012	4,0	3,1	5,0	8,3	20,4
2013	3,7	3,0	4,6	8,8	20,2
2014	3,8	2,5	5,2	8,2	19,8
2015	3,4	2,6	5,0	8,9	19,9
2016	3,6	2,4	5,6	8,5	20,0
2017	2,6	2,5	5,7	7,4	18,2

Fonte: PNAD e PNAD Contínua.

É importante considerar quais são os setores e ocupações que compõem o empregado na fraca indústria da RMRJ. Os Trabalhadores da Indústria Moderna correspondem principalmente à indústria siderúrgica no distrito de Santa Cruz e reparadores de máquinas e equipamentos. Os Trabalhadores da Indústria Tradicional correspondem principalmente à confecção de artigos de vestuário e acessórios. Estes dados mostram como, apesar do crescimento da produção da indústria extrativa (aqui considerada parte da indústria tradicional), esta tem mínimo efeito sobre o mercado de trabalho e a estrutura ocupacional.

Este grupo sócio-ocupacional é majoritariamente masculino e é o grupo com a maior proporção masculina na RMRJ, com uma média de 87,2%. Contudo, enquanto as outras CATs se compõem de mais de 90% de homens, quase dois terços dos Trabalhadores da Indústria Tradicional são mulheres, revelando que há uma evidente segmentação ocupacional por gênero no interior do setor secundário: aos homens cabem as ocupações em setores modernos, que envolvem maquinário pesado, além da construção civil, e às mulheres cabem ocupações em setores industriais de baixa produtividade, como a indústria têxtil e alimentícia.

Gráfico 9 – Proporção masculina nos Trabalhadores do Secundário

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

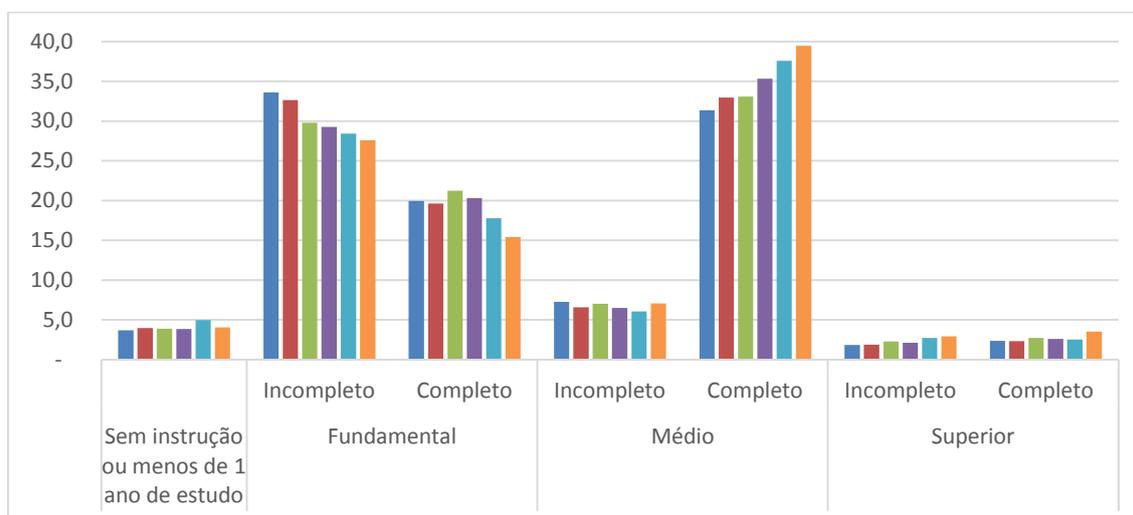
Este também é um grupo eminentemente negro, em que apenas, aproximadamente, apenas um terço dos indivíduos são brancos, metade é parda e cerca de 17% são pretos. Além disso, parece haver um crescimento em quase todas as categorias da proporção de pardos no período, embora com algumas diferenças de composição. Enquanto os trabalhadores industriais têm um perfil racial bastante similar e próximo da média do grupo, as outras duas CATs têm padrões diferentes: os Operários de Serviços Auxiliares têm uma proporção maior, embora decrescente, de brancos e os Operários da Construção Civil têm proporções maiores de pretos e pardos.

Os Trabalhadores da Indústria Tradicional são a CAT com o perfil mais jovem e a menor média de idade, mas também a que vive o maior crescimento desta média, provavelmente em decorrência do aumento do desemprego no setor, que afeta mais os mais jovens. Os Trabalhadores da Indústria Tradicional, por sua vez, têm a maior média de idade e esta praticamente se manteve estável no período. As demais CATs vivem um aumento esperado da média de idade, condizente com o envelhecimento da população ocupada.

Como em outras categorias, há uma forte mudança no perfil de escolaridade deste grupo. Se em 2012, com 33,6%, o grupo mais frequente era o de indivíduos com Ensino Fundamental Incompleto, em 2017 passa a ser o daqueles com Ensino Médio Completo, com 39,5%. Ao longo de todo o período há tendência clara de queda do primeiro grupo e crescimento do segundo, ao passo que aqueles com apenas Ensino Fundamental Completo também caem a partir de 2014. Embora esta tendência se observe em todas as CATs, seus perfis educacionais são bastante diferentes. O grupo mais escolarizado é o de Operários de Serviços Auxiliares, atingindo mais de 50% de indivíduos com Ensino Médio Completo, seguido pelos Trabalhadores da Indústria Moderna, com perfil relativamente similar. Os Trabalhadores da Indústria Tradicional têm uma proporção menor de indivíduos com Ensino Médio Completo, menor que 40%. Além disso, em

seu caso, a tendência observada nas outras CATs não é tão claramente observada. Por fim, os Operários da Construção Civil têm o pior nível de escolaridade, configurando a única CAT em que o maior grupo é o de indivíduos com Ensino Fundamental Incompleto, embora este contingente tenha caído de 44,6%, em 2013, para 37,7% em 2017.

Gráfico 10 – Escolaridade dos Trabalhadores do Secundário (2012-2017)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

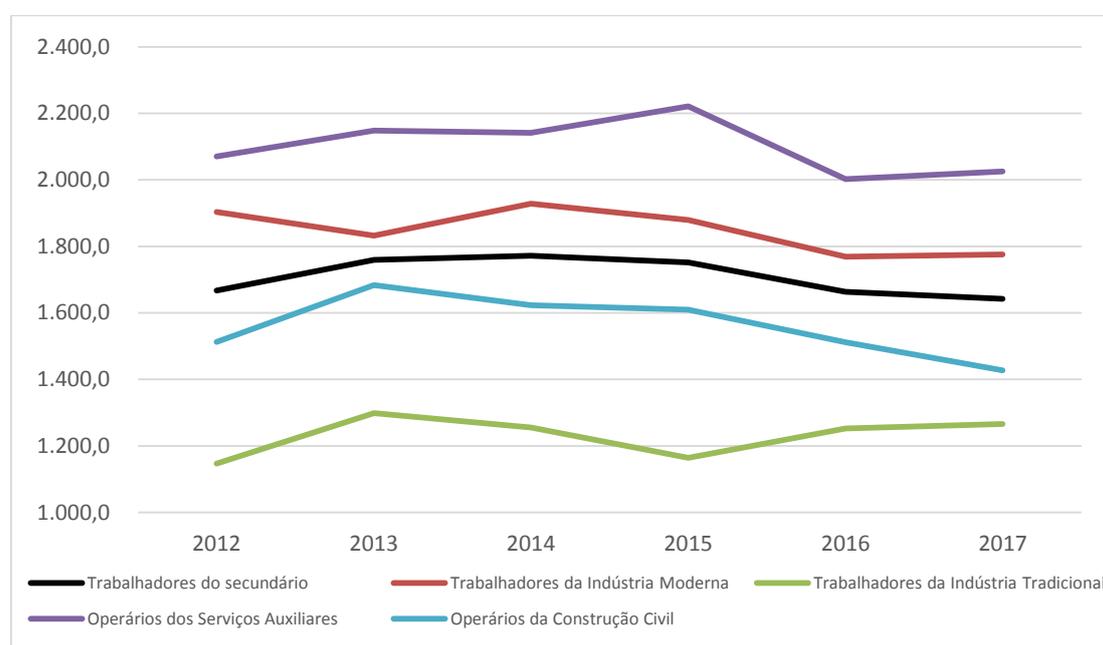
Em relação ao rendimento dos Trabalhadores do Secundário, alguns fatos chamam atenção. Em média, 74,3% deles ganham menos de R\$2.000,00 mensais, uma proporção que atingiu o seu nível mínimo (70,2%) em 2015 e depois voltou a subir (79,2%) em 2017, puxada sobretudo por aqueles que ganham até R\$1.000,00. A renda média dos Trabalhadores do Secundário é maior do que dos TTE, e atinge seu máximo em 2014, com R\$1.771,50, caindo para R\$1.642,30 em 2017, sinalizando um claro efeito da recessão econômica, uma vez que este é um dos setores mais afetados pela crise. Além disso, as CATs deste grupo são claramente estratificadas por renda: os Operários de Serviços Auxiliares têm o maior rendimento médio, seguidos pelos Trabalhadores da Indústria Moderna, pelos Operários da Construção Civil e, por último, os Trabalhadores da Indústria Tradicional, cujo rendimento médio não passa de R\$1.300,00. A CAT que vivenciou a maior queda de rendimento médio no período foi a de Operários da Construção Civil, que entre 2013 e 2017 caiu 15,2%.

O nível de rendimento deste grupo se relaciona à sua jornada de trabalho. Assim como em outras categorias, vem aumentando constantemente a proporção daqueles que trabalham entre 40 e 44 horas semanais (de 42,4% para 56,1%), ao passo que aqueles que trabalham mais que 44 horas tem diminuído. Contudo, a jornada de trabalho padrão só é majoritária entre os Trabalhadores da Indústria Moderna e os Operários da Construção Civil. Os Operários de Serviços Auxiliares têm a maior média de horas trabalhadas dentre todas: mais da metade desta categoria trabalha mais de 44 horas semanais. Os Trabalhadores da Indústria Tradicional, por sua vez, têm a menor jornada de trabalho média: cerca de 30% trabalham menos de 40 horas, proporção que se

manteve estável. Observa-se que há uma correlação entre o rendimento médio e a jornada de trabalho média. Em todas as CATs a média de horas trabalhadas caiu ao longo do período.

Em relação à posição na ocupação, os Trabalhadores do Secundário se dividem entre empregados com carteira e trabalhadores por conta-própria, com uma pequena proporção de empregados sem carteira. Assim como em outras categorias, os trabalhadores por conta própria vêm crescendo, especialmente nos últimos dois anos, em detrimento dos empregados. Entre 2015 e 2017, a parcela de empregados com carteira caiu 9 pontos percentuais e os trabalhadores por conta própria cresceram mais de 8 p.p. Esta composição, contudo, é consideravelmente diferente entre as CATs.

Gráfico 11 – Rendimento médio dos Trabalhadores do Secundário



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

O setor mais formalizado é o da Indústria Moderna, com quase dois terços de empregados com carteira em 2012, mas a informalidade cresce fortemente em 2016 e 2017, devido à destruição de postos de trabalho formal. Já entre os Trabalhadores da Indústria Tradicional, o trabalho por conta própria é majoritário e, assim como em outras variáveis, não parece haver tendência clara após 2014. Entre os Operários de Serviços Auxiliares observa-se um claro movimento de formalização até 2014, que é revertido a partir deste ano, com forte crescimento do trabalho por conta própria. Por fim, entre os Operários da Construção Civil o trabalho por conta própria corresponde a mais de 60% dos indivíduos e também tem tendência de crescimento. É possível afirmar, portanto, que a recessão econômica afetou fortemente este setor, especialmente as categorias mais formalizadas.

Tabela 8 – Posição na ocupação dos Trabalhadores do Secundário

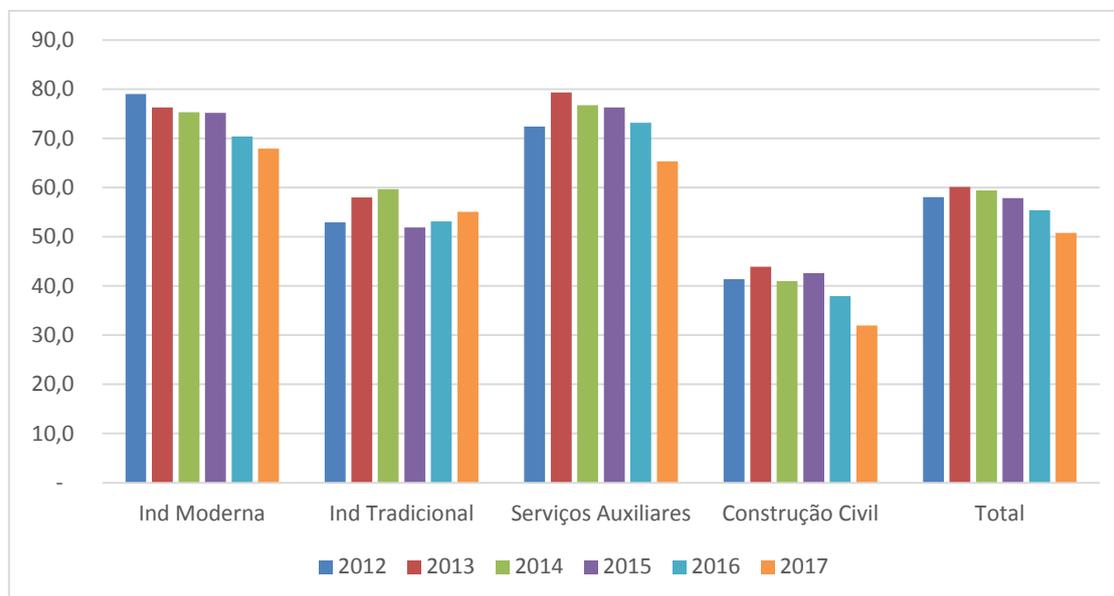
Anos	Empregado com carteira de trabalho	Empregado sem carteira de trabalho	Conta-própria	Total
Total				
2012	43,3	10,1	45,4	100,0
2013	43,2	9,4	45,9	100,0
2014	44,7	6,9	47,1	100,0
2015	42,4	8,5	48,1	100,0
2016	38,7	8,8	51,6	100,0
2017	33,5	8,7	56,7	100,0
Indústria Moderna				
2012	66,5	9,2	22,5	100,0
2013	66,5	8,2	22,8	100,0
2014	63,2	8,0	25,2	100,0
2015	65,1	9,0	24,1	100,0
2016	57,9	12,4	28,2	100,0
2017	54,1	12,7	31,3	100,0
Indústria Tradicional				
2012	37,7	8,8	52,6	100,0
2013	40,1	10,3	48,9	100,0
2014	45,0	6,9	47,3	100,0
2015	40,5	10,7	48,8	100,0
2016	36,2	6,9	56,4	100,0
2017	39,4	9,5	50,1	100,0
Serviços Auxiliares				
2012	51,4	10,9	36,2	100,0
2013	57,3	9,6	30,7	100,0
2014	59,9	5,3	33,9	100,0
2015	55,5	5,5	37,5	100,0
2016	50,0	5,8	43,2	100,0
2017	46,8	5,6	46,4	100,0
Construção Civil				
2012	29,4	10,5	59,0	100,0
2013	27,0	9,5	62,6	100,0
2014	26,3	7,4	65,6	100,0
2015	26,9	9,5	62,9	100,0
2016	23,7	9,8	65,7	100,0
2017	13,8	9,3	76,1	100,0

Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Em relação ao nível de contribuição para a previdência, observa-se que ela tendeu a cair em todas as CATs desde 2013 e que há uma clara distinção dos Trabalhadores da Indústria Tradicional e os Operários de Serviços Auxiliares - que têm, até 2016, mais de

70% de contribuintes e níveis similares de contribuição - em relação às outras CATs, muito mais desprotegidas. Os Operários da Construção Civil, em especial, têm menos de 50% de contribuintes.

Gráfico 12 – Contribuição para a previdência nos Trabalhadores do Secundário



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

3.5. Trabalhadores do Terciário Não Especializado

Os Trabalhadores do Terciário Não Especializado (TTNE), também conhecidos como subproletariado urbano, são uma categoria que vem perdendo participação na sociedade brasileira como um todo nas últimas décadas, em decorrência de uma série de fatores, dentre elas a expansão do mercado de trabalho formal (uma vez que se tratam de ocupações eminentemente informais). Não é diferente na RMRJ, na qual entre 2004 e 2011, este grupo passou de 20,5% para 16,7% da população ocupada. Neste período, sua principal categoria, a de Trabalhadores Domésticos, que corresponde a pouco menos de 10% da população ocupada, reduziu pouco. Os Prestadores de Serviços Não Especializados mantiveram sua participação em torno de 6%. São os Ambulantes e Biscateiros, a menor e mais precarizada CAT do grupo, os maiores responsáveis pela queda, caindo de 4,8% em 2004 para 2,3% em 2011, queda que se deu inclusive em números absolutos. Em média, 48,7% desde grupo residiam no município do Rio de Janeiro.

Os dados da PNAD Contínua para o período 2012-2017 revelam que este grupo continuou caindo até 2015 (de 17,5% para 15,0%): desta vez com os Ambulantes e Biscateiros caindo em ritmo menor, mas com quedas relevantes das duas outras CATs. Contudo, a partir da recessão econômica, há uma leve inflexão no movimento deste grupo, puxada pelos Trabalhadores Domésticos e pelos Ambulantes e Biscateiros. Após 11 anos em praticamente constante perda de participação na estrutura sócio-

ocupacional, os Ambulantes e Biscateiros voltaram a crescer, revelando que o cenário atual tem contribuído para a volta do crescimento do subproletariado urbano.

Tabela 9 – Participação dos Trabalhadores do terciário não-especializado

Participação dos Trabalhadores do Terciário N Especializado				
Ano	Prestadores Domésticos	Ambulantes	Total	
2002	5,6	9,6	4,4	19,6
2003	6,1	9,2	4,3	19,6
2004	6,3	9,5	4,8	20,5
2005	5,9	8,8	3,8	18,5
2006	6,2	9,0	3,4	18,6
2007	5,6	8,5	3,5	17,7
2008	6,0	8,4	3,0	17,5
2009	5,5	9,1	3,2	17,8
2011	5,7	8,7	2,3	16,7
2012	7,0	8,4	2,1	17,5
2013	7,1	8,0	1,9	17,0
2014	6,4	7,6	1,7	15,7
2015	6,0	7,4	1,6	15,0
2016	5,9	7,9	1,7	15,5
2017	5,8	7,6	2,2	15,6

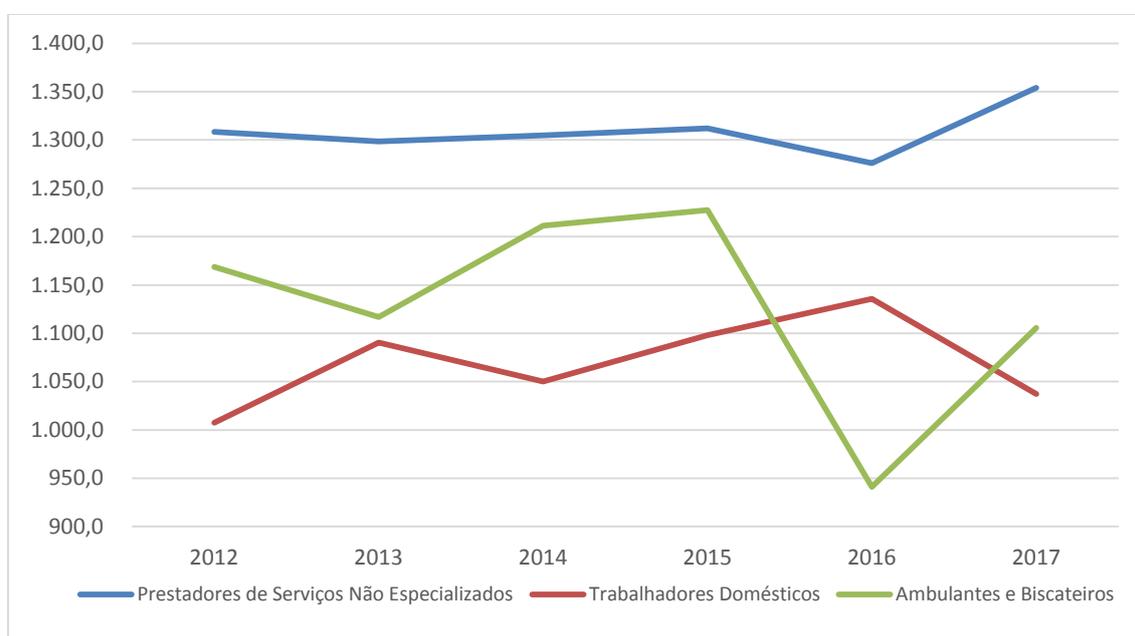
Fonte: PNAD e PNAD Contínua.

Enquanto Ambulantes e Biscateiros e PSNE são CATs majoritariamente masculinas (cerca de 60%), os Trabalhadores Domésticos são uma categoria de esmagadora maioria feminina (quase 95%) e, portanto, doravante chamados de Trabalhadoras Domésticas. Não há tendência clara de mudança desta proporção. O perfil racial destas três CATs, por sua vez, é bastante similar. Compõe-se em média de 28,3% de brancos, 21,1% de pretos e 50,3% de pardos, configurando o grupo com a maior proporção de negros. Além disso, nota-se uma tendência, especialmente nos PSNE, de aumento da proporção de pardos, em detrimento de brancos e pretos. Por fim, em relação ao perfil etário, as Trabalhadoras Domésticas se destacam por terem uma média de idade superior às outras duas CATs, que têm perfis etários similares. Menos de 20% (chegando a 13,8% em 2017) das Trabalhadoras Domésticas têm menos de 35 anos, o que reflete uma tendência ampla de declínio desta ocupação na sociedade brasileira e de ampliação das oportunidades ocupacionais para mulheres pobres.

Os TTNE são um grupo de baixa escolaridade, em que a maior parcela dos indivíduos tem Ensino Fundamental Incompleto e menos de 40% passaram do Ensino Fundamental. As três CATs têm um perfil relativamente parecido, com destaque para as Trabalhadoras Domésticas, que têm uma escolaridade menor, o que pode ser explicado, entre outros fatores, por ser um grupo mais velho. Assim como observado em outras categorias, ocorre um crescimento da parcela de indivíduos com Ensino Médio Completo, em detrimento de graus de escolaridade menores.

Mais de 90% deste grupo tem um rendimento inferior a R\$2.000,00 mensais, configurando o grupo com a menor média de renda (com exceção dos Trabalhadores Agrícolas), não passando de R\$1.3000,00. As CATs têm perfis bastante diferentes: mais da metade dos PSNE ganha entre R\$1.000,00 e R\$2.000,00, o que faz deles a CAT com a maior média de renda. Em geral, a proporção de Trabalhadoras Domésticas que ganha até R\$1.000,00 é ligeiramente menor que a de Ambulantes e Biscateiros, mas a média de renda destes últimos é ligeiramente maior que a das Domésticas, revelando que a variabilidade de sua renda é maior. Quanto à evolução no período, é possível presumir que havia um movimento de crescimento da renda das duas últimas CATs, que foi interrompido nos últimos anos.

Gráfico 13 – Rendimento médio dos Trabalhadores do Terciário Não Especializado



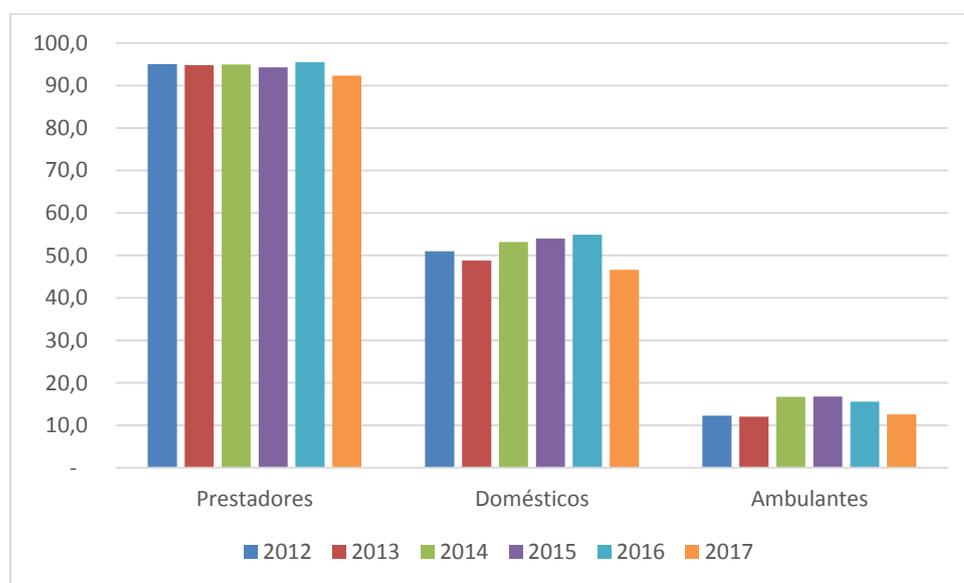
Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

Os TTNE têm uma parcela baixa de indivíduos que têm uma jornada de trabalho de 40 a 44 horas semanais - embora ligeiramente superior à dos TTE. Assim como em outras categorias, porém, esta parcela aumentou significativamente no período, em detrimento de jornadas menores ou maiores. Os PSNE apresentam mais da metade de indivíduos com jornadas de trabalho padrão, mas também uma proporção muito elevada (embora decrescente) de jornadas de trabalho superiores a 44 horas, de maneira que são a CAT deste grupo com a maior média de horas trabalhadas (43 horas). As Trabalhadoras Domésticas, por sua vez, têm a menor média de horas trabalhadas e aproximadamente um terço de indivíduos que trabalham menos de 40 horas semanais. Os Ambulantes e Biscateiros, por sua vez, têm grande variabilidade em sua jornada de trabalho, apresentando proporções parecidas de indivíduos que trabalham menos que 40 horas, mais de 44 horas ou uma jornada normal.

As três CATs são completamente distintas quanto à sua posição na ocupação. Cerca de 85% dos PSNE são empregados com carteira assinada, ao passo que apenas

40% das Trabalhadoras Domésticas o são. Nota-se um crescimento do trabalho sem carteira assinada nas Trabalhadoras Domésticas, chegando a 66,1% em 2017. O trabalho com carteira assinada praticamente não existe entre Ambulantes e Biscateiros, que se compõem de uma grande e crescente maioria de trabalhadores por conta própria e uma decrescente parcela de empregados sem carteira. Esta configuração se expressa claramente na contribuição para a previdência: enquanto 95% dos PSNE são contribuintes, cerca de metade das Trabalhadoras Domésticas contribui e menos de 15% dos Ambulantes e Biscateiros contribui.

Gráfico 14 – Contribuição para a previdência dos TTE



Fonte: IBGE/PNAD Contínua 2012 a 2017.

3.6. Dirigentes e Pequenos Empregadores

A categoria de Dirigentes representa uma parcela muito pequena da população ocupada da RMRJ, não chegando a representar 4%. Seu principal componente é a CAT de Dirigentes do Setor Privado. Os Grandes Empregadores e Dirigentes do Setor Público não chegam a representar nem 1% da RMRJ cada, o que dificulta análises de aspectos específicos destas categorias. Portanto, analisaremos os Dirigentes apenas de forma agregada. É difícil apontar alguma tendência desta categoria, mas ela atingiu seu valor máximo em 2014, perdendo participação desde então. Já os Pequenos Empregadores, que representavam cerca de 3,5% da população ocupada nos anos 2000, têm uma queda de patamar, de acordo com a PNAD, nos anos 2010, e estabilizam-se em torno de 2,5%, segundo a PNAD Contínua. Em média, 71,1% dos Dirigentes e 59,6% dos Pequenos Empregadores residiam no município do Rio de Janeiro.

Tabela 10 – Participação de Dirigentes e Pequenos Empregadores

Ano	Dirigentes			Total	Pequenos Empregadores
	Grandes Empregadores	Setor Público	Setor Privado		
2002	0,4	0,5	2,7	3,6	3,4
2003	0,4	0,5	2,8	3,8	3,4
2004	0,3	0,5	2,5	3,2	3,3
2005	0,5	0,5	2,9	4,0	3,3
2006	0,7	0,4	2,9	4,0	3,9
2007	0,5	0,2	3,1	3,9	3,1
2008	0,4	0,2	2,8	3,4	3,6
2009	0,7	0,3	2,9	3,8	3,5
2011	0,6	0,3	2,8	3,7	2,6
2012	0,4	0,5	1,9	2,7	2,4
2013	0,3	0,6	2,2	3,1	2,3
2014	0,6	0,6	2,4	3,6	2,5
2015	0,5	0,5	2,4	3,4	2,2
2016	0,3	0,2	2,7	3,2	2,6
2017	0,7	0,3	2,1	3,1	2,2

Fonte: PNAD e PNAD Contínua.

Os Dirigentes têm maioria masculina, mas houve uma diminuição desta maioria até 2014, quando chegou a apenas 52,0%, mas voltou a subir até 61,9% em 2017. Entre os Pequenos Empregadores a maioria é masculina (chegando a 70%), mas o mesmo fenômeno acontece. Estes dados e este período, contudo, não são suficientes para afirmar que houve freio em uma tendência de maior participação feminina em posições de comando. Tanto Dirigentes quanto Pequenos Empregadores têm aproximadamente dois terços de indivíduos brancos, proporção que é muito maior que a da população ocupada, mas menor que a de Profissionais de Nível Superior. Ambos os grupos têm médias de idade bastante altas, em especial os Pequenos Empregadores, que são o grupo com a maior média de idade da estrutura sócio-ocupacional, chegando a 48 anos em 2017.

Os Dirigentes são o segundo grupo com maior nível de escolaridade, atrás apenas dos Profissionais. Menos de 10% deles têm grau menor que Ensino Médio Completo e mais da metade têm Ensino Superior Completo. Já entre os Pequenos Empregadores, a proporção de indivíduos com grau menor que Ensino Médio Completo chega a 20%, ao passo que aqueles com Ensino Superior não passam de 40%. Por serem categorias pequenas, em ambas há oscilações que dificultam a análise de tendências, mas o aumento de escolaridade só parece se verificar entre os Pequenos Empregadores.

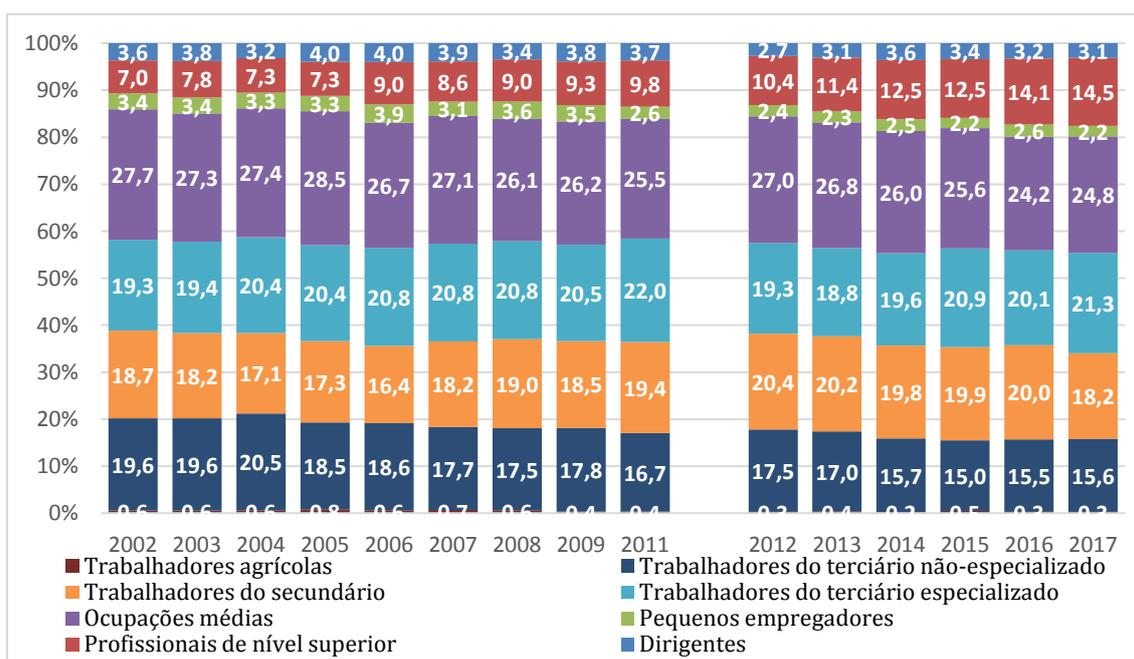
Os Dirigentes têm o maior nível de renda da estrutura sócio-ocupacional, apresentando uma média que supera os R\$6.000,00 mensais. Entre 34% e 40% deles ganham mais de R\$5.000,00 mensais. Os Pequenos Empregadores, por sua vez, têm uma renda média próxima à dos Profissionais de Nível Superior, girando em torno de R\$5.330,20. Em ambos os casos, a renda média tem trajetória de crescimento até 2016 e uma queda brusca em 2017.

Estas duas categorias têm as maiores jornadas de trabalho médias da estrutura social. A grande maioria dos Dirigentes trabalha entre 40 e 44 horas semanais, atingindo dois terços deste grupo em 2016, enquanto parcela daqueles que trabalham mais de 44 horas, embora grande, vem diminuindo. Os Pequenos Empregadores, por sua vez, se destacam por terem em alguns anos mais da metade de indivíduos que trabalham mais de 44 horas semanais, configurando uma média de 46 horas semanais. Contudo, da mesma forma que em outras categorias, há uma forte tendência de diminuição das jornadas extensas e crescimento da jornada de trabalho padrão. Mais de 90% dos Dirigentes contribuem para a previdência. Entre os Pequenos Empregadores, este número passou de 66% para 76,4%.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há diferentes processos em curso na sociedade brasileira e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro que afetam sua estrutura sócio-ocupacional, bem como as condições sociais de sua população. Por um lado, observam-se mudanças estruturais que vêm ocorrendo desde a década de 80 na estrutura social metropolitana. Por outro, existe a continuidade dos efeitos do crescimento econômico acompanhando de políticas sociais e econômicas adotadas a partir de 2004, que significaram a ampliação do mercado de trabalho formal e a melhora das condições de vida de algumas camadas da estrutura social. Por fim, notam-se os efeitos da interrupção do crescimento e destas políticas, decretada pela recessão econômica e pela inflexão ultraliberal na condução da política nacional a partir de 2016, que tem significado não apenas o crescimento do desemprego, mas também a inflexão de tendências de algumas categorias sócio-ocupacionais, ainda que o período analisado não permita análises estruturais.

Gráfico 15 – Estrutura Sócio-Ocupacional da RMRJ 2002-2017



Fonte: PNAD e PNAD Contínua.

Primeiramente nota-se que entre 2002 e 2011, não há mudança significativa na proporção entre trabalho manual e não-manual, mantendo-se em torno de 58% contra 42%, respectivamente. Segundo os dados da PNAD Contínua, porém, teria havido um aumento na proporção de trabalho não-manual entre 2012 e 2017, passando de 42,5% para 44,6%. Internamente, por sua vez, há relevantes mudanças nas composições das categorias. No âmbito do trabalho não-manual, ocorre um grande crescimento da participação dos Profissionais em detrimento das Ocupações Médias, ao passo que no trabalho manual, os Trabalhadores do Terciário Especializado crescem no lugar dos Trabalhadores do Terciário Não Especializado, enquanto os Trabalhadores do Secundário oscilam.

A tendência de profissionalização já se verifica desde os anos 80 e está relacionada ao processo de reestruturação produtiva e polarização da estrutura social metropolitana. Contudo, houve uma grande aceleração desta tendência a partir de 2006, o que se relaciona principalmente às políticas de expansão do Ensino Superior implementadas desde então (como PROUNI, REUNI e FIES), uma vez que estas ocupações exigem nível superior de escolaridade. A proporção da população ocupada com Ensino Superior cresceu significativamente no período – chegando a 23,9% em 2017, valor que é consideravelmente maior que os 14,5% de Profissionais de Ensino Superior – inclusive em outras categorias, indicando que não necessariamente todos os egressos têm encontrado posições de profissionais no mercado, mas efetivamente a participação dos Profissionais de Nível Superior tem aumentado.

A redução da participação das Ocupações Médias parece ser a contrapartida da profissionalização. Se até 2011, as Ocupações de Escritório vinham crescendo e as Ocupações Técnicas e de Supervisão pareciam ser as principais responsáveis pela queda deste grupo, no período recente as Ocupações de Escritório têm uma significativa perda de participação. Como este agregado sócio-ocupacional envolve ocupações ligadas a muitos setores diferentes, seria recomendável analisar mais a fundo o comportamento deste grupo. Porque sua participação vem se reduzindo? Existe automatização de funções?

No lado do trabalho não-manual, por sua vez, as tendências parecem mais claras. Por um lado, há um crescimento constante dos Trabalhadores do Terciário Especializado, ao longo de todo o período, que é condizente com o crescimento dos setores associados ao mercado de consumo interno, como o comércio varejista, assim como com a tendência de terciarização da economia. Em contrapartida, o subproletariado urbano reduziu-se consideravelmente na última década, que foi marcada justamente pela formalização e pela melhoria de condições na base da pirâmide social. Contudo, houve um freio nesta redução nos últimos dois anos, mostrando que a conjuntura de crise fez aumentar a informalidade e a busca de alternativas ao desemprego.

Por fim, o comportamento oscilante dos Trabalhadores do Secundário é quase integralmente determinado pelo comportamento da construção civil, que teve um crescimento explosivo entre 2006 e 2011, devido à série de investimentos em

infraestrutura e no setor do petróleo no período, mas vem em declínio em razão da crise econômica. A indústria extrativa, portanto, só teve efeitos na estrutura social quando foram realizados investimentos em sua cadeia produtiva. Dada a baixa participação histórica da indústria na economia da RMRJ, não é possível associar o comportamento dos Trabalhadores do Secundário a um processo estrutural de desindustrialização, mas, sim, constatar que os trabalhadores industriais são especialmente afetados pela conjuntura econômica desfavorável.

Em relação às condições sociais das CATs, três processos parecem atravessar toda a estrutura ao longo deste período. Dois deles são, possivelmente, efeitos da continuidade de processos que já vêm ocorrendo na sociedade brasileira e que foram acelerados na última década, a saber, o aumento da escolaridade da população, com o crescimento da proporção de indivíduos com Ensino Médio e Ensino Superior Completos, e a redução do número de horas trabalhadas, com o crescimento da proporção de indivíduos que tem uma jornada de trabalho padrão, possivelmente em razão do crescimento do mercado de trabalho formal no período recente, mas também em razão da recessão econômica.

Outro processo que tem uma natureza estrutural, mas foi especialmente acelerado nos últimos dois anos em razão da recessão econômica, é a mudança nas relações de trabalho, a partir da redução da proporção de indivíduos empregados com carteira assinada e o crescimento constante do trabalho por conta própria. Esta mudança está relacionada a um processo amplo de mudanças no mundo do trabalho de natureza global, dentre as quais o crescimento do trabalho autônomo, mas está mais profundamente associada ao crescimento da informalidade no período de crise. Acompanhada desta mudança vem a queda da proporção de contribuintes para a previdência, que afeta quase exclusivamente as camadas mais baixas da estrutura social, que têm um nível bem mais baixo de proteção social. À medida que o projeto liberal avança, retirando direitos, inclusive previdenciários, as camadas mais baixas vão se tornando cada vez mais vulneráveis e nos aproximamos do cenário social vivido pelo Brasil na década de 90.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Microdados trimestrais*. Rio de Janeiro, 2012-2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>.